

Açores continuam com maior desigualdade na distribuição de rendimentos

Em 2022, o coeficiente de Gini do rendimento líquido por pessoa era de 35,7% em Portugal, evidenciando uma redução na desigualdade da distribuição do rendimento em relação a 2021 (36,1%), acaba de revelar o INE.

A Grande Lisboa (38,5%), as regiões autónomas dos Açores (37,2%) e da Madeira (36,2%), o Alto Tâmega e Barroso (36,2%) e a Área Metropolitana do Porto (35,7%) apresentaram coeficientes de Gini iguais ou superiores ao valor nacional, sugerindo uma maior desigualdade na distribuição do rendimento.

Por outro lado, o Alentejo Central (30,7%) apresentou o menor nível de concentração do rendimento entre as 26 sub-regiões NUTS III do país.

8 municípios dos Açores

A análise do padrão municipal do coeficiente de Gini revela, com valores superiores à referência nacional, um conjunto de 32 municípios: nove municípios da região Norte (Porto, Macedo de Cavaleiros, Resende, Chaves, Caminha, Lamego, Matosinhos, Vila Real e Montalegre), oito da Região Autónoma dos Açores (Vila do Porto, Lagoa, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, São Roque do Pico, Povoação, Ribeira Grande e Nordeste), cinco do Algarve (Tavira, Loulé, Faro, Lagos e Aljezur), quatro da Grande Lisboa (Lisboa, Cascais, Oeiras e Mafra), três da Região Autónoma da Madeira (Calheta, Funchal e Ponta do Sol), os municípios de Alcochete e Almada da Península de Setúbal e o município de Coimbra da região Centro.

Nas regiões do Alentejo e do Oeste e Vale do Tejo nenhum município registou valores superiores ao nacional.

Vila do Porto com rendimentos altos

Destacaram-se, com resultados superiores a 40%, os municípios de Lisboa (42,5%), Vila do Porto (42,0%), Porto (41,8%), Lagoa (40,8%) e Cascais (40,3%).

Os municípios com os menores níveis de desigualdade de rendimento situavam-se sobretudo no interior das regiões Centro, Oeste e Vale do Tejo e Alentejo, tendo o município do Pampilhosa da Serra (26,9%) registado o menor coeficiente de Gini do país.

O Alto Tâmega e Barroso foi a sub-região com menor amplitude do coeficiente de Gini entre municípios: o menor valor foi registado nos municípios de Boticas e de Ribeira de Pena (34,4% em ambos) e o maior em Chaves (36,6%). Por outro lado, os maiores diferenciais entre os municípios observaram-se na Grande Lisboa, entre os municípios de Lisboa (42,5%) e de Vila Franca de Xira (30,9%) e na Área Metropolitana do Porto, entre os municípios do Porto (41,8%) e de Oliveira de Azeméis (30,6%).

O coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade na distribuição que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todas as pessoas têm igual rendimento) e 100 (caso todo o rendimento

se concentre numa única pessoa).

Municípios superiores à média nacional

Em 2022, dos 32 municípios com coeficientes de Gini superiores ao valor nacional, 14 registaram também valores medianos de rendimento líquido por pessoa superiores à referência nacional: Lisboa, Cascais, Oeiras e Mafra (da Grande Lisboa), Alcochete e Almada (da Península de Setúbal), Porto e Matosinhos (da Área Metropolitana do Porto), Vila do Porto e Ponta Delgada (da Região Autónoma dos Açores), Funchal (da Região Autónoma da Madeira), Faro (do Algarve), Coimbra (da Região de Coimbra) e Vila Real (do Douro).

O padrão mais comum na leitura conjunta destes dois indicadores evidencia 209 municípios com coeficientes de Gini e valores medianos do rendimento simultaneamente abaixo do valor do país.

Valor mediano do rendimento nos Açores: 10.776 euros

Em 2022, o valor mediano do rendimento líquido por pessoa foi 10 679 euros em Portugal. A Grande Lisboa (12 366 euros), a Península de Setúbal (11 741 euros), a Região de Coimbra (10 881 euros), a Região de Leiria (10 859 euros), o Alentejo Central (10 804 euros), a Região de Aveiro (10 789 euros) e as regiões autónomas dos Açores (10 776 euros) e da Madeira (10 763 euros) foram as sub-regiões que apresentaram os rendimentos medianos mais elevados, superiores à referência nacional.

Por outro lado, as sub-regiões do Alto Tâmega e Barroso (8 859 euros) e do Tâmega e Sousa (9 195 euros) apresentaram os rendimentos medianos mais baixos, inferiores a 9 500 euros por pessoa.

O retrato municipal do valor mediano do rendimento líquido por pessoa evidenciou 70 municípios (mais um do que em 2021) com valores acima da referência nacional.

Neste conjunto, encontrava-se a totalidade dos municípios da Grande Lisboa (nove municípios) e da Península de Setúbal (nove municípios), destacando-se Oeiras (15 190 euros), Lisboa (13 809 euros), Alcochete (12 874 euros), Cascais (12 843 euros) e Coimbra (12 557 euros) com os valores medianos mais elevados do país.

Para além dos municípios destas duas regiões, também 16 municípios do Centro, 11 do Oeste e Vale do Tejo, nove do Alentejo, sete do Norte, cinco da Região Autónoma dos Açores, três da Região Autónoma da Madeira e Faro no Algarve, superaram o valor do país. Com valores mais baixos, inferiores a 9 500 euros, evidenciou-se um conjunto de municípios sobretudo da região Norte. Em 2022, o coeficiente de Gini do rendimento líquido por pessoa era de 35,7% em Portugal (36,1% em 2021). Em 32 municípios, a desigualdade na distribuição do rendimento foi superior à do país, destacando-se os municípios de Lisboa (42,5%) e Vila do Porto (42,0%).



Figura 1. Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, Portugal, NUTS III município, 2022

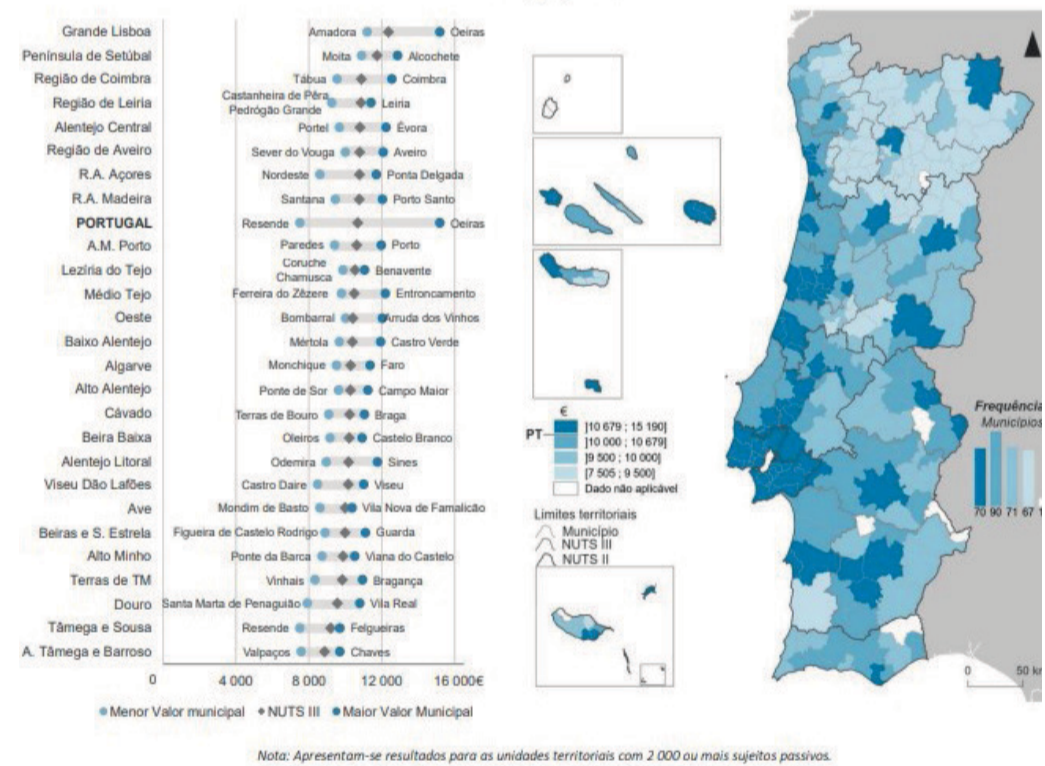


Figura 3. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, Portugal, NUTS III município, 2022

